

# A INFLUÊNCIA DE DOCUMENTOS NORTEADORES NA PRÁTICA PEDAGÓGICA DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA DO ENSINO MÉDIO

Gilmara Gonçalves Santos [\*]

Cláudia Mara Niquini [\*\*]

[\*] Mestranda no Mestrado Profissional do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - Campus JK.  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2617-0134>  
E-mail: [gilmaraedfisica@hotmail.com](mailto:gilmaraedfisica@hotmail.com)

[\*\*] Doutorado em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professora do Departamento de Educação Física da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), desde 2006.  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4583-0107>  
E-mail: [cauniquini@gmail.com](mailto:cauniquini@gmail.com)

## RESUMO:

O presente artigo, fruto de uma dissertação de mestrado, teve como objetivo analisar a concepção de professores de Educação Física do Ensino Médio sobre os documentos norteadores para o ensino de Educação Física na escola, dentre eles os Parâmetros curriculares Nacionais (PCNS), Conteúdo Básico Comum-Minas Gerais (CBC-MG) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), assim como, compreender em que medida esses documentos orientam o planejamento de suas aulas e das suas práticas pedagógicas. Trata-se de uma pesquisa de campo, com abordagem qualitativa, que investigou 6 professores de Educação Física das escolas públicas da cidade de Araçuaí-MG que atuam no ensino médio. Como instrumento de coleta de dados, optamos pela entrevista semiestruturada e análise do planejamento de ensino dos sujeitos pesquisados. Para o tratamento dos dados, recorremos à técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin (1977). Os resultados evidenciam que a maioria dos professores utiliza o CBC-MG como referência para o planejamento das aulas e consideram a proposta importante para a prática pedagógica. Em relação aos PCNS e à BNCC, os professores relatam conhecê-los superficialmente. Entendemos que, devido à escassez de pesquisas que tratam sobre a sistematização dos conhecimentos da Educação Física na escola, os documentos norteadores se apresentam como um significativo suporte para o professor crítico planejar e organizar os conteúdos de suas aulas. No entanto, torna-se necessário haver um debate mais amplo nos processos de construção desses documentos, permitindo uma maior participação e reflexão dos docentes que se encontram no cotidiano e na realidade das escolas.

**Palavras-chave:** Parâmetros Curriculares Nacionais. Conteúdo Básico Comum. Base Nacional Comum Curricular.

## INTRODUÇÃO

O artigo que ora se apresenta alinha-se às reflexões de uma pesquisa de Mestrado profissional em Educação, que teve como objetivo analisar a concepção dos professores de Educação Física (EF) do Ensino Médio (EM) sobre os documentos norteadores para o ensino de EF e compreender em que medida esses documentos orientam o planejamento e a prática pedagógica dos professores.

Como proposição da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996), existem documentos que se apresentam como norteadores para o ensino de conteúdos escolares, dentre eles os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), os Conteúdos Básicos Comuns (CBC's) e, mais recentemente, com a sanção da Lei Nº 13.415 (BRASIL, 2017), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Esses documentos visam orientar a construção dos currículos nas escolas, definindo um conjunto de conhecimentos que todos os alunos devem desenvolver no decorrer da educação básica.

Para Kunz (2004) a proposta de estabelecer um programa mínimo pode trazer contribuições para a EF escolar, já que na área não existe uma definição clara de como organizar, sistematizar e aprofundar os conteúdos ao longo dos anos escolares. A falta de clareza na organização dos conteúdos está relacionada à escassez na produção de conhecimento no campo da EF, principalmente na etapa do Ensino Médio (EM) “[...] deixando os professores deste ciclo de escolarização com dificuldades de encontrar um rumo para o desenvolvimento desse componente curricular”. (MOREIRA; SIMÕES; MARTINS, 2010, p.14 apud RUFINO *et al.*, 2014 ).

Nesse contexto, os documentos norteadores apresentam, para o professor crítico, possibilidades de conteúdos que podem vir a oferecer, minimamente, uma formação interessante para os escolares e uma prática docente satisfatória. Dessa forma, torna-se importante a participação ativa dos professores que se encontram no contexto escolar na elaboração e no debate dos documentos que orientam e propõem uma organização para a EF na educação básica.

Assim, para alcançar os objetivos propostos nesse estudo, realizamos uma pesquisa de campo em 5 escolas públicas da cidade de Araçuaí-MG, somando um total de 6 professores pesquisados. Como instrumento de coleta de dados, optamos pela entrevista semiestruturada

e análise documental do planejamento anual dos sujeitos pesquisados. Em relação ao tratamento dos dados, recorreremos à técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin (1977), que possibilitou compreender e oferecer dados significativos para o objeto de estudo.

Para o presente trabalho, organizamos a exposição em três partes. Inicialmente discutimos sobre os documentos norteadores para o ensino da EF na escola, considerando os PCNS, CBC-MG e a BNCC. Posteriormente, apresentamos os procedimentos metodológicos da pesquisa e a análise e interpretação dos dados, e, por fim, tecemos algumas considerações finais.

## **PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS DA EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO MÉDIO**

No ano de 1990, aconteceram mudanças significativas no campo educacional, que culminaram com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN- LEI nº 9394/96- que regulamenta as normas da Educação no Brasil (FINCK, 2010, p.19). A reforma educacional neste período demonstrou a necessidade de atualização dos currículos escolares, sinalizando a intenção de alinhar o currículo do EM aos conhecimentos demandados na contemporaneidade. (ZIBAS, 2005).

A partir das discussões sobre a necessidade de mudanças no currículo, o Ministério da Educação organizou um documento denominado Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNS), que apresenta como objetivo subsidiar a construção dos currículos nas escolas, servindo como apoio para a elaboração de projetos educativos, dos planejamentos de aulas e de reflexão para a prática pedagógica dos professores. (BRASIL, 1998).

Para Gramorelli e Neira (2009), o debate em torno da reorientação curricular trouxe um grande avanço para o campo educacional, de forma que despertou reflexões sobre a prática pedagógica e apontou a urgência de se construir um processo educativo voltado para as aprendizagens. No entanto, ao analisarmos a construção dos PCNS na área de EF, observa-se que a sua participação se restringiu apenas a uma parcela do meio acadêmico, excluindo os profissionais que efetivamente lidam com a realidade da escola. Nessa perspectiva, as consequências desse fato apontam para a possibilidade de que, mesmo anos após a criação

dos PCNS, muitos professores desconhecem esse documento norteador, e nem mesmo os utilizam para planejar a prática pedagógica na escola. (CAPARROZ, 2003).

Apesar da construção do PCNS ter acontecido de forma não democrática, Torres e Xavier (2015, p.207) destacam a importância desse documento na EF Escolar ao observarem que “[...] os PCNs fundamentam-se nas concepções de corpo e movimento, muito além dos aspectos meramente fisiológicos e técnicos que delimitavam a prática do educando em apenas realizar atividade [...]”. Nesse sentido, o documento demonstra a preocupação de trabalhar os conteúdos escolares nas três dimensões: atitudinal, conceitual e procedimental.

Para a etapa do EM, os PCNS abordam a EF como área das Linguagens, Códigos e suas Tecnologias. O documento aponta que, através da comunicação corporal o corpo revela intencionalidades gestos e expressões, que devem ser compreendidas no contexto cultural. Dessa forma, trazem um debate importante para o campo da EF ao abordar sobre a questão de que os corpos movimentam-se de formas diferentes, pois: “os indivíduos têm uma forma diferenciada de se comunicar corporalmente, que se modifica de cultura para cultura” (BRASIL, 2000, p.38).

Apesar das discussões acerca da efetividade dos PCNS no contexto escolar, Darido *et al.* (2001) salienta que a grande contribuição desse documento para a EF escolar foi trazer a proposta de trabalhar as dimensões do conteúdo. Nesse sentido, observa-se um avanço em relação ao papel da EF, de forma que ensinar o esporte, ginástica, dança, jogos, atividades rítmicas e expressivas ultrapassam a dimensão procedimental, mas inclui os aspectos atitudinais e conceituais que devem ser ensinados nas práticas corporais.

Por fim, vale frisar que o importante diante das propostas de elaboração curricular é que o professor tenha capacidade de criticar e organizar a prática pedagógica de forma construtiva, pois, para Lopes e Macedo (2011, p. 69): “desplanejar não significa agir sem planejar, mas agir segundo um planejamento que, no mesmo ato, é desmontado”.

## **CONTEÚDO BÁSICO COMUM DO ESTADO DE MINAS GERAIS NA EDUCAÇÃO FÍSICA**

Os Conteúdos Básicos Comuns (CBC) constituem uma proposta do Estado de Minas Gerais (MG), que foi publicada e inserida nas escolas da rede pública de ensino no ano de

2005. Segundo Fonseca (2011 *apud* TEIXEIRA, 2018, p.70), as discussões em relação a um Conteúdo Básico Comum para o Estado de Minas Gerais começaram a partir de 1997/1998, com o propósito de estabelecer um currículo único para as escolas estaduais e subsidiar a elaboração de avaliações para verificação do ensino. Nessa perspectiva, o documento determina os conteúdos que serão ensinados em todas as escolas estaduais mineiras, contemplando as habilidades e as competências que serão desenvolvidas no decorrer da educação básica.

Sobre a EF no EM, o CBC apresenta três naturezas de conteúdos já mencionados nos PCNS: procedimental, atitudinal e conceitual. As três naturezas descritas no CBC apontam para um avanço na EF ao considerar a formação humana em todos os seus aspectos, distanciando das abordagens mecanicistas que historicamente influenciaram o fazer pedagógico desse componente curricular. Além disso, para garantir o desenvolvimento das três naturezas, o documento estruturou os conteúdos por eixos como: esportes, jogos e brincadeiras, ginástica, dança e expressões rítmicas.

Os eixos são delimitados por temas e tópicos, que representam os níveis para organização do conhecimento. Segundo Tenório *et al* (2012), apesar do documento relacionar as habilidades a cada um dos temas, não é possível identificar em qual ano do EM deverão ser desenvolvidas. Para os autores, a falta de definição das habilidades que devem ser trabalhadas em cada ano dificulta avaliar se o aluno atingiu os objetivos para aquela etapa de ensino.

Para Vargas (2017), o documento avança ao propor que temas como valores, solidariedade, inclusão e respeito são abordados nas aulas, contribuindo para promover a participação de todos os alunos nas aulas. Além disso, o documento propõe temáticas importantes para a EF no EM, que envolvem a questão do consumo e a mídia, trazendo para as aulas a reflexão crítica de estereótipos relacionados ao corpo, que disseminam preconceitos e excluem aqueles que não se enquadram nos padrões estéticos do mercado. (SANTOS; BARBOSA-RINALDI; DELCONTI, 2008).

Em relação à proposta apresentada no CBC, conclui-se que, mesmo com todas as limitações presentes no documento, acreditamos que ele oferece possibilidades para o professor de EF organizar e planejar os conteúdos de suas aulas.

## **BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC) NA EDUCAÇÃO FÍSICA: A BOLA DA VEZ**

A BNCC conceitua-se como um “documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica” (BRASIL, 2018, p.7). De acordo com a BNCC, as aprendizagens essenciais visam conduzir o aluno ao desenvolvimento de competências gerais que possam garantir a todos os estudantes um patamar comum de aprendizagem, que é considerado pelo documento princípio balizador da qualidade de ensino (BRASIL, 2018).

Apesar de alguns autores criticarem o fato da BNCC propor conteúdos comuns para todas as escolas, Boscatto *et al.* (2016, p.110) salientam que:

[...] nada impede que a BNCC apresente conhecimentos que deem ênfase às minorias ou às pluralidades culturais [...]. Nesses termos, podem-se adequar os conhecimentos universais de acordo com as especificidades do contexto escolar.

Dessa maneira, a BNCC apresenta conhecimentos essenciais necessários para a educação básica, e esses conhecimentos não se opõem à diversidade cultural.

Ao tratarmos especificamente dessa proposta para a EF, o documento propõe formas de diversificar e sistematizar os conteúdos, como o ensino dos jogos e brincadeiras, lutas, ginásticas e práticas corporais de aventura, sugerindo que as aulas de EF contemplem a diversidade de conteúdos existentes na cultura corporal de movimento (RUFINO; NETO, 2016). Para os autores supracitados, a BNCC pode servir de base para subsidiar a prática pedagógica dos professores de Educação Física e contribuir para a organização do campo educativo dessa área. No entanto, é necessário pensar permanentemente como esse documento será implementado nas escolas e seus desdobramentos em relação à formação inicial e continuada dos professores.

Diante desse contexto, acreditamos que o professor que se apropriar dos documentos norteadores de forma crítica, essas propostas podem vir a favorecer a organização dos conteúdos na EF escolar, já que existem poucos estudos que tratam da sistematização e da

complexidade dos conteúdos da cultura corporal de movimento no decorrer dos anos escolares.

## **METODOLOGIA**

Este artigo trata-se de uma pesquisa de campo de caráter qualitativo, que buscou compreender a perspectiva dos participantes sobre os fenômenos que o rodeiam. Dessa forma, “[...] fornece análise mais detalhada sobre as investigações, hábitos, atitudes e tendências de comportamento.” (MARCONI; LAKATOS, 2008 *apud* OLIVEIRA; STRASSBURG; PITTEK, 2017, p.90).

Nessa perspectiva, a pesquisa de campo foi realizada em 5 escolas públicas da zona urbana de Araçuaí-MG, com um total de 6 professores de EF do EM. Para melhor responder os objetivos propostos nessa investigação, selecionamos para coleta de dados a entrevista semiestruturada e a análise documental do planejamento de ensino dos professores participantes.

Por se tratar de um estudo que envolve a utilização de dados obtidos diretamente dos participantes, tornou-se necessária a autorização e a ciência do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP). Nesse sentido, o projeto foi submetido ao CEP e, após a sua aprovação, iniciamos o processo de entrevistas nas escolas.

Os pesquisados foram informados sobre a intenção deste estudo através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que deixou explícito todos os possíveis benefícios, riscos e procedimentos realizados na pesquisa, permitindo que os participantes manifestassem de forma consciente, livre e esclarecida.

A fase de aplicação das entrevistas aconteceu em um lugar reservado, na sala de reunião das escolas, onde os professores estavam lotados. Antes de iniciar as entrevistas, explicou-se aos entrevistados que seus nomes seriam trocados por nomes fictícios para preservar suas identidades. Todas as entrevistas foram gravadas com a autorização dos pesquisados e, posteriormente, foram transcritas e tratadas qualitativamente para apresentação dos resultados.

No tratamento de dados, utilizamos a análise de categorias proposta por Bardin (1977). Assim, os dados coletados na entrevista e o plano de ensino foram classificados em categorias

e abarcados em temas segundo o grau de intimidade ou proximidade, seguindo as seguintes etapas:

- a fase de pré-análise: preparação do material, que consistiu na transcrição das entrevistas e a leitura flutuante do texto.
- unidades de registro e de contexto: os temas se que repetiram com frequência nas entrevistas foram abarcados em unidade de registro e codificados em unidade de contexto. As unidades de contexto correspondem às falas dos entrevistados que serviram para compreender a unidade de registro;
- classificação das unidades em categorias: após a codificação das unidades, os elementos comuns presentes nas unidades de registro foram agrupados e, a partir disso, foram definidas as seguintes categorias: Finalidade da EF na escola, Planejamento e organização dos conteúdos das aulas de EF, Conteúdos trabalhados na EF no Ensino Médio, Documentos norteadores da EF;
- análise e interpretação dos dados: posteriormente, cada categoria foi analisada de maneira a fornecer dados significativos para a pesquisa. Nesse sentido, através da interpretação dos dados, buscou-se atingir uma compreensão mais aprofundada dos conteúdos das mensagens.

Nesse recorte, especificamente, apresentaremos a categoria: “Documentos norteadores da Educação física”.

## **ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS**

Os documentos norteadores são propostas governamentais que trazem para o campo educacional a necessidade de discutir mudanças curriculares que possam assegurar a formação básica prevista na LDB/96. Os PCNEM (2000), CBC-MG (2005) e a BNCC (2018) conceituam-se como documentos norteadores que definem aprendizagens essenciais que todas as crianças e adolescentes devem adquirir no decorrer do ensino básico, servindo como referência para a construção de currículos nas escolas e de orientação para o professor organizar o seu planejamento e a sua prática pedagógica no contexto escolar.

Nesse sentido, a presente categoria, intitulada Documentos Norteadores da Educação Física, possibilitou analisarmos em que medida essas propostas orientam o planejamento e a prática pedagógica dos professores pesquisados e qual a concepção desses professores em relação a esses documentos.

Conforme o quadro 1, podemos identificar os documentos apontados pelos professores como referência para o planejamento:

**QUADRO 1** – Documentos utilizados para elaboração do planejamento

<b>Professor(a)</b>	<b>Documentos utilizados na elaboração do planejamento</b>
Edna	CBC-MG
Marli	CBC-MG
Carlos	CBC-MG
Lúcia	CBC-MG
Daniel	Obras de Coletivo de autores, Marcílio Souza Júnior e Luís Carlos Freitas, PCN
Eunice	PCN e CBC-MG

Fonte: Dados da pesquisa.

Para o planejamento e organização dos conteúdos das aulas de EF, os (as) professores Edna, Marli Carlos e Lúcia utilizam como referência a proposta curricular do Estado de Minas Gerais, o CBC-MG. A professora Eunice menciona recorrer ao CBC-MG e aos PCNS para organizar suas aulas. E, somente o professor Daniel utiliza obras de estudiosos da EF como orientação para o planejamento.

O professor Daniel relata que orienta seu plano de trabalho principalmente nas obras de Coletivo de autores, Marcílio Souza Júnior e Luís Carlos Freitas, que tratam sobre metodologias de ensino da EF escolar e a organização do trabalho pedagógico. Esse professor ainda aponta que os PCNS contribuem para selecionar os conteúdos que serão trabalhados:

O que eu tenho utilizado no planejamento da Educação Física é o Coletivo de autores, artigos, os livros do Marcilio Souza Junior, a obra do Luís Carlos Freitas, a Crítica da organização do trabalho pedagógico, o livro didático são as minhas referências para planejar as aulas. A gente traz essas teorias para o nosso planejamento das nossas práticas pedagógicas. Em outro momento já trabalhei, já pautei o planejamento nos PCNS. A gente até hoje consulta os PCNS, principalmente em relação aos blocos de conteúdos. (Professor Daniel).

Consideramos que é importante o professor fundamentar teoricamente o seu fazer pedagógico e embasar em referências da área, como o Coletivo de Autores, que trazem a proposta de contribuir para a construção de um planejamento crítico, capaz de subsidiar uma prática pedagógica que relaciona a EF e a formação crítica do aluno. As concepções do Coletivo de Autores trazem uma nova visão para a EF ao definir seu campo específico de conhecimento, a cultura corporal. Dessa forma, traz o debate de pensar nas aulas de EF em uma vertente que compreenda o corpo em sua dimensão cultural, histórica, social, proporcionando o diálogo de questões que abordam a relação do homem com mundo como forma de promover a leitura e compreensão crítica da realidade.

Para os professores Edna, Carlos, Eunice, Marli e Lúcia, os documentos norteadores da EF, como o CBC-MG, são considerados referências para o direcionamento da prática pedagógica na EF escolar:

Eu utilizo muito o CBC e também a internet, né. Se não fosse o CBC-MG, a gente ficaria completamente perdido para fazer o planejamento. É claro que vão ter alguns tópicos, algumas coisas fora da realidade, mas eu acho que precisa de um norte. (Professora Edna).

Eu uso o CBC. Eu acho o CBC importante, porque norteia em relação a que conteúdo deve ser trabalhado em cada ano. Só que ele tem que ser aplicado de acordo com a realidade de cada escola, da região onde fica localizada. (Professor Carlos).

Eu faço um apanhado desses dois documentos, que é o PCN e o CBC-MG, justamente para poder me ajudar, auxiliar e elencar esses conteúdos. Na verdade eu acabo pegando os conteúdos que a gente tem condições de trabalhar e adequando esses conteúdos para trabalhar aqui na escola. (Professora Eunice).

Eu utilizo o CBC-MG no planejamento. O CBC-MG ele é geral, ele é para todo o estado, né? Então a gente que trabalha a cultura, a gente acaba modificando de acordo com a realidade. Mas eu acho que contribui bastante, eu acho o CBC bem completo (Professora Marli).

Eu utilizo o CBC-MG. É claro que você vai trabalhar mais aquela atividade que os alunos se interessam mais, né, porque a gente tem que adaptar ao perfil da escola, dos alunos (Professora Lúcia).

Através das falas acima, verificamos que o CBC-MG é considerado pelos professores como ferramenta importante para orientar o planejamento e sistematizar os conteúdos das aulas. Além do CBC-MG, a professora Eunice relata utilizar também os PCNS. Esses

docentes apontam que os conteúdos são desenvolvidos de acordo com a realidade da escola. Assim, reelaboram e reescrevem as propostas curriculares de maneira a adequá-las ao contexto no qual estão inseridos.

Apesar dos professores salientarem que é necessário fazer adaptações na utilização do documento, observamos nas falas da professora Edna, do professor Carlos e da professora Marli, que é necessário existir um documento que estabeleça princípios para a organização dos conteúdos da EF, servindo como elemento balizador para a construção de suas próprias práticas e metodologias de ensino.

Nesse sentido, os professores mencionados propõem adequar às propostas curriculares e modificá-las, de maneira a atender uma determinada realidade e as problemáticas socioculturais presentes nesse contexto. Então, os documentos são compreendidos não como algo engessado e estático, mas apenas como uma referência para construir as suas próprias propostas pedagógicas e organizar os conteúdos na etapa do EM. Nessa perspectiva, Gandin e Cruz (2006) consideram importante o professor reavaliar os planos e programas oficiais, de forma que possa propor mudanças no projeto escolar e desenvolver uma prática pedagógica condizente com o seu contexto escolar, reelaborando, dessa forma, as propostas curriculares.

Apesar de entendermos que existem críticas em torno da construção dos documentos, acreditamos que as propostas curriculares apresentam, para o professor crítico, possibilidades de conteúdos que podem vir a oferecer, minimamente, uma formação interessante para os escolares e uma prática docente satisfatória. Além disso, devido a escassez de estudos que tratam sobre o planejamento e os critérios de organização dos conteúdos, consideramos que as propostas curriculares apresentam-se como um norte para orientar a prática pedagógica dos professores de EF na escola. No entanto, é necessário que o docente seja capaz de debater, interpretar e realizar reflexões acerca dos documentos norteadores, de forma a organizar um planejamento que esteja de acordo com a realidade escolar e sociocultural dos alunos.

Em relação aos documentos norteadores, analisamos a proximidade das entrevistas com os respectivos documentos, acreditando na importância dos docentes conhecerem as propostas curriculares que regem a EF escolar. Nesse sentido, aos questionarmos os professores pesquisados sobre os PCNS, obtivemos as seguintes respostas:

Hum...os parâmetros? Não sei. Meu planejamento é baseado no CBC. (Professora Lúcia)

Conheço os PCNS, apesar de não tá usando para trabalhar, né! É... os PCNS agora vão ser muito utilizado na nova proposta, né? Eu acho que eles pegaram os PCNS para montar essa nova proposta de 2020. (Professora Edna).

Para ser sincera, eu conheço os PCNS, mas eu não lembro sobre esses parâmetros para tá falando aqui agora não. Eu utilizo o CBC no planejamento. Eles são anteriores, ao CBC, né? (Professora Marli).

Eu conheço os PCNS. E, assim, falar aqui agora eu não vou conseguir falar não. (Professor Carlos).

Diante das falas supracitadas, identificamos que a professora Lúcia menciona não conhecer os PCNS, e justifica que utiliza outro norteador para o planejamento das aulas. Já a professora Marli e o professor Carlos apontam conhecer os PCNS, no entanto, não sabem explicar o objetivo dessa proposta curricular. A professora Edna apenas menciona que os PCNS aproximam-se da proposta da BNCC, não esclarecendo mais nenhuma informação sobre o documento.

Em relação à reflexão apontada pela professora Edna, tanto os PNCS quanto a BNCC trazem a perspectiva de trabalhar os conteúdos nas 3 dimensões: procedimental, conceitual e atitudinal. Nesse sentido, Torres e Xavier (2015) explicam que os PNCS trazem a ideia da formação humana em sua integralidade, envolvendo os aspectos culturais, sociais, políticos e afetivos. O documento da BNCC também menciona a concepção do desenvolvimento dos conteúdos nas três dimensões, mobilizando conhecimentos relacionados aos conceitos, procedimentos, “atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício a cidadania e do mundo do trabalho.” (BRASIL,2018,p.13)

Acreditamos que o conhecimento superficial dos professores em relação aos PCNS pode estar associado à falta de participação dos docentes das escolas públicas em debates sobre a organização de propostas curriculares. Caparroz (2003) salienta que a construção dos PCNS na área de EF restringiu-se à participação de apenas uma parcela do meio acadêmico, excluindo os professores das redes públicas na discussão da proposta. As consequências desse fato apontam para a possibilidade de que, mesmo anos após a criação dos PCNS, muitos professores os desconheçam, e nem mesmo os utilizam para planejar a prática pedagógica na escola.

Sobre a falta de participação dos professores nos debates em torno da construção de propostas curriculares, a professora Eunice considera que isso é um fator preponderante para

não ter se apropriado dos PCNS, já que não se sente parte do processo de discussão de assuntos que envolveram a elaboração do documento:

Eu conheço os PCNS, porque como eu disse a gente pesquisa e faz uma consulta de alguns conteúdos que tem lá. Mas, eu falo que eu conheço pouco, porque foi um documento que foi criado e não passou pelo crivo, pela análise dos professores e muito menos pela opinião deles. Então, como foi um documento que simplesmente foi implantado, a gente acaba fazendo uma consulta. (Professora Eunice).

Como observamos na fala supracitada, a professora Eunice afirma que conhece pouco os PCNS e faz uma crítica de que o documento foi elaborado sem a contribuição, análise e opinião dos docentes envolvidos no processo educacional. Nesse contexto, Caparroz (2003) considera que esse processo de construção foi centralizado e não democrático, pois as discussões sobre quais conhecimentos deveriam ser ensinados não envolveram os agentes do sistema educacional que convivem com as dificuldades e entraves existentes no contexto escolar.

Entendemos que a participação dos professores na elaboração de propostas curriculares é uma forma de considerar os saberes docentes e as experiências vivenciadas no contexto das escolas, aproximando, dessa forma, os documentos norteadores da realidade da educação pública.

Ainda, em relação aos PCNS, identificamos que o professor Daniel conhece esse documento de forma mais aprofundada quando comparado aos outros docentes pesquisados. Esse professor apresenta a seguinte reflexão ao ser questionado sobre os PCNS:

Sim, eu conheço os PCNS. Em outro momento já trabalhei, já pautei o planejamento nos PCNS. A gente até hoje ainda consulta os PCNS, principalmente em relação aos blocos de conteúdos, a forma de espiralização que os PCNS colocam. Mas têm algumas questões que a gente percebe que os PCNS misturam as abordagens da EF, faz um misto de abordagem que eu discordo, né? Eu acabo utilizando uma abordagem que é a crítico superadora e emancipatória e tento levar meu trabalho nesse sentido. (Professor Daniel).

O professor Daniel menciona que os PCNS propõem o trabalho com os blocos de conteúdos e aponta a importância do documento tratar da forma de espiralização dos conteúdos. Esse professor também faz a crítica do documento contemplar muitas abordagens pedagógicas, e que ele opta por utilizar as abordagens Crítico Superadora e a Emancipatória.

Como mencionado pelo professor Daniel, os PCNS (1998) propõem desenvolver os conteúdos da EF em três grandes blocos: esportes, jogos, lutas e ginásticas; atividades rítmicas e expressivas; e conhecimentos sobre o corpo sobre o corpo, que devem ser aprofundados e sistematizados no decorrer da educação básica.

Ao tratar dos blocos de conteúdos, os PCNS trazem a proposta de associar a EF ao campo da cultura corporal. Essa reflexão de trabalhar pedagogicamente a EF na área da cultura corporal, aponta para a perspectiva de pensar os conteúdos para além do esporte, já que Soares *et al.* (2012) explicitam que essa área constitui-se de diversos conhecimentos, dentre eles a ginástica, a dança, os jogos, os esportes e outros.

Sobre a espiralização dos conteúdos, Soares *et al.* (2012, p.64) apontam que é importante aprofundar os conteúdos nas etapas do ensino, de forma a proporcionar que o aluno amplie as referências do pensamento “numa evolução espiralada” e assim possa ser capaz de construir outros conhecimentos.

Em relação ao CBC-MG, observamos que a maioria dos professores responderam conhecer esse documento, principalmente por ser uma proposta utilizada para a construção do planejamento de aulas. Podemos confirmar essa análise a partir das respostas que as professoras Marli, Lúcia e Eunice apresentaram sobre o CBC-MG:

Então, o CBC tem uma proposta bem interessante, porque trabalha os esportes, trabalha lutas, trabalha vários tópicos, vários eixos, são vários eixos temáticos. Eu acho todos importantes, são subdivididos de forma que a gente possa trabalhar alguns a cada bimestre. Eu acho o CBC bem completo. (Professora Marli).

Desde que eu comecei a trabalhar a gente utiliza o CBC. E aí tem para o fundamental e para o médio. Só que o médio precisa aprofundar mais, aprimorar. (Professora Lúcia).

Com relação ao CBC, eu sei que é um documento do estado de Minas Gerais criado para atender às escolas do estado de Minas Gerais com algumas particularidades do estado. É um outro documento que faço consultas esporádicas na hora que eu vou elencar os conteúdos que serão trabalhados. (Professora Eunice).

Observamos no relato da professora Marli que o CBC-MG é considerado uma proposta importante para a organização e sistematização dos conteúdos das aulas de EF. Além disso, essa docente menciona que a estrutura do documento por tópicos de conteúdos contribuem para que vários eixos temáticos sejam desenvolvidos no decorrer do ano. A professora Lúcia acrescenta que o CBC contempla conhecimentos para o ensino fundamental

e para o médio, explicitando que o documento estabelece critérios de aprofundar e aprimorar os conhecimentos nas etapas da educação básica. Já a professora Eunice explica que a proposta do CBC-MG foi construída com a intenção de atender às demandas das escolas do estado de Minas Gerais.

Ao analisarmos o CBC-MG, o documento define que o objetivo da proposta é estabelecer um currículo único para todas as escolas estaduais mineiras, de forma a determinar os conteúdos que serão ensinados na educação básica. Para a área de EF, o documento apresenta a proposta de trabalhar os conteúdos em quatro eixos temáticos: ginástica, esportes, jogos e brincadeiras, dança e expressões rítmicas. Esses eixos são delimitados por temas e tópicos, que representam os níveis de organização do conhecimento ao longo dos anos escolares.

De acordo com Kunz (2004), a proposição de um programa mínimo pode trazer propostas metodológicas para o professor de EF selecionar, sistematizar, aprofundar os conteúdos e, conseqüentemente, organizar o seu fazer pedagógico, trazendo avanços para organizar a “bagunça interna” da EF, como um componente curricular.

Nesse contexto, observamos que a professora Edna menciona conhecer o CBC e faz uma crítica ao analisar que alguns conteúdos contemplados no documento não são condizentes com a realidade escolar:

Sim, eu conheço o CBC-MG. O CBC todo mundo já estudou bastante, já tiveram muitos cursos, cada um tem o seu. Inclusive, eu acho que precisava de algumas mudanças, porque o CBC têm alguns tópicos, assim como natação, que tão completamente fora da realidade das escolas estaduais e já está ficando realmente um pouquinho ultrapassado. (Professora Edna).

A partir da fala da professora Edna, podemos observar que alguns conteúdos não são possíveis de serem trabalhos na realidade da escola, apontando para a necessidade de existir um documento que se aproxime das necessidades enfrentadas pelos professores nas escolas de rede pública. Considerando esses apontamentos, Gandin e Cruz (2006) criticam o fato de que as ferramentas utilizadas para a elaboração do planejamento são distantes da realidade e por isso se tornam meios ineficientes para a prática pedagógica.

O professor Carlos também afirma conhecer o CBC-MG, mas relatou que não saberia explicar de forma aprofundada sobre o documento. Já o professor Daniel relata conhecer o CBC de outro estado, mas não menciona o CBC-MG.

Dessa forma, acreditamos que é necessário uma maior participação dos professores nos debates em torno das propostas curriculares, para que, assim, possam propor ideias e apontar as dificuldades encontradas no contexto escolar. Entendemos que, incluir os professores das redes públicas no processo de construção dos documentos norteadores pode contribuir para que essas propostas se aproximem da prática pedagógica das escolas, além disso, traz a perspectiva de que o professor possa participar e discutir criticamente sobre os documentos que serão implementados no contexto escolar.

Sobre a implementação dos documentos norteadores, é importante considerar a proposição de políticas públicas que proponham projetos de formação continuada dos professores e estabeleçam condições de trabalho adequadas para o desenvolvimento dos conteúdos nas aulas e, conseqüentemente, melhor qualidade na educação básica (NEIRA;SOUZA JÚNIOR, 2016).

Outro documento norteador que irá orientar a construção dos currículos e a prática pedagógica nas escolas é a BNCC. A BNCC conceitua-se como um documento normativo que define aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver no decorrer da educação básica. (BRASIL, 2018). Ao questionarmos os professores pesquisados se eles conheciam a BNCC, observamos que essa proposta ainda é pouco conhecida pelos docentes. Assim, como constatado nas falas do professor Carlos e da professora Lúcia:

Ah, sim! Essa questão da BNCC nós não temos muito conhecimento não, embora tenha sido estudada com alguns alunos do EM. Só que eu não tenho muito conhecimento dela não. (Professor Carlos)

Eu conheço pouco, porque eu li no início do ano. E a gente teve reunião como os professores, mas não tivemos capacitação própria. Aí falou que, a partir do ano que vem, o planejamento ia ser feito com base na BNCC. Só que ainda não tivemos capacitação nem aqui na escola e nem fora. (Professora Lúcia)

Conforme a colocação dos professores Carlos e Lúcia, percebemos que ainda não houve um debate nas escolas sobre o trabalho com a BNCC. A professora Lúcia ainda relata que não houve nenhuma formação continuada para os professores se apropriarem da nova proposta curricular que será utilizada no planejamento das aulas.

Sobre o processo de formação continuada, Rufino e Neto (2016, p. 54) afirmam que a implementação dessa nova proposta educativa está diretamente relacionada “à sua responsabilidade no que corresponde às formas efetivas de estabelecer diálogos coerentes com o âmbito da formação de professores”. Nesse sentido, para que a BNCC seja analisada criticamente, faz-se necessário o aperfeiçoamento e a formação continuada dos professores de EF com estudos e pesquisas que possam subsidiar a apropriação reflexiva em relação ao documento.

A professora Edna também demonstra um conhecimento superficial em relação à BNCC, mas expressa que percebeu certa semelhança entre os PCNS e a nova proposta curricular:

A BNCC foi o que eu te falei, eu acho que ela foi muito puxada dos PCNS. Que lá fala muito sobre trabalhar o cidadão, a formação do cidadão como um todo, né! (Professora Edna).

De acordo com a fala supracitada, podemos perceber que a professora considera que os PCNS e a BNCC trazem a temática de desenvolver a formação do aluno em todos os seus aspectos. Ao analisarmos esses documentos norteadores, observamos que ambos abordam a questão de que os conteúdos devem ser desenvolvidos nas dimensões conceituais, procedimentais e atitudinais.

Darido *et al.* (2001) salientam que a grande contribuição dos PCNS para a EF foi trazer a proposta de trabalhar as dimensões dos conteúdos, de forma que despertou reflexões sobre a prática pedagógica centralizada nos aspectos procedimentais, o que apontou para a perspectiva de que os valores e conceitos também devem ser ensinados nas práticas corporais.

A proposta das dimensões dos conteúdos também é contemplada na BNCC, que sinaliza as aprendizagens essenciais como o desenvolvimento de conhecimentos relacionados aos conceitos, procedimentos, atitudes e valores necessários para a formação do aluno nas etapas da educação básica.

A professora Eunice relata conhecer pouco sobre a BNCC, e justifica que a proposta foi homologada recentemente. No entanto, considera importante aprofundar e analisar a nova proposta curricular:

Conheço pouco a Base, que foi a nível nacional pelo MEC. Houve um período que teve uma consulta pública em que cheguei dar uma olhada, cheguei a fazer alguns comentários, mas não aprofundei meu estudo nela. Como foi aprovado agora em 2019, pretendo fazer um olhar mais crítico para 2020, quando for sentar para fazer análise dos conteúdos que serão trabalhados no ano de 2020. (Professora Eunice).

Observamos que a professora supracitada menciona sobre o processo de criação da BNCC e cita que no período de consulta pública fez algumas considerações na versão preliminar do documento. Sobre a elaboração da BNCC, Moreira *et al.* (2016) criticam o fato de que o documento ao ser disponibilizado para participação da sociedade já se encontrava pronto, não havendo explicação de base teóricas metodológicas que a fundamentasse. Neira (2018) corrobora com esses apontamentos ao destacar que o debate em torno da construção da BNCC foi de difícil acesso, e que a proposta foi aprovada sem alterações.

Nesse contexto, entendemos que o poder público ao elaborar propostas para o ensino, deve possibilitar a participação mais ativa dos professores, de forma que possam debater, opinar e contribuir para a construção de documentos que auxiliem na consolidação de conhecimentos e saberes necessários para a formação crítica do aluno.

A professora Eunice ainda afirma que pretende utilizar a BNCC para selecionar os conteúdos das suas aulas, mas enfatiza que, primeiramente, é necessário analisar de forma mais criteriosa o documento. Consideramos que essa reflexão em torno da utilização da BNCC é essencial, pois devido aos avanços e retrocessos presentes no documento, o professor deve analisá-lo criticamente e realizar reflexões sobre as contribuições dessa proposta para o processo de ensino-aprendizagem.

Outro relato importante sobre a BNCC é apontado pelos professores Daniel e Marli, que, apesar de conhecerem superficialmente o documento, refletem sobre a inserção da EF à área de linguagens. Assim esses docentes expressam que:

Olha... a Educação Física não ficou muito definida, tanto que no início a gente ficou sabendo que a Educação Física iria ficar fora, né, do ensino médio. Depois teve uma reviravolta e aí achou-se que é importante. A gente da área tá meio que assim sem saber, a gente só sabe que a Educação Física é da área de linguagens. (Professora Marli).

Assim, conheço em parte a BNCC. Não tive acesso ainda ao documento, mas li alguns artigos que falam sobre o processo de construção e o processo de desenvolvimento da BNCC. Eu achei legal o que eles colocam em termos de objetivos, e aproximou muito do que eu penso na Educação Física na área de linguagens [...]. Só que eu acho que existe uma distância muito grande entre a teoria e a prática do trabalho pedagógico. A gente tem que fazer mediações necessárias [...]. (Professor Daniel).

Com relação às colocações supracitadas, observamos que a professora Marli além de mencionar a inserção da EF na área de linguagens, apresenta certa preocupação em relação à permanência da EF no EM. Na fala dessa professora, podemos identificar o grau de importância que foi dado a EF, como componente curricular, no processo de criação da BNCC, já que as discussões iniciais apontavam para a possibilidade de excluí-la da matriz curricular do EM.

No entanto, defendemos que é importante incluir a EF no EM, pois é na etapa final da educação básica que o aluno poderá aprofundar, aprimorar e reinventar os conhecimentos de forma crítica e autônoma. Para Betti e Zuliani (2002, p.76), o ensino da EF no EM é de fundamental importância, já que na adolescência os alunos já desenvolveram “o pensamento lógico e abstrato e a capacidade de análise e de crítica”, permitindo que os aspectos teóricos sejam abordados com mais profundidade.

Como mencionado anteriormente, ambos os professores, Daniel e Marli, comentam sobre o fato da BNCC do EM introduzir a EF na área de Linguagens. O professor Daniel acrescenta que é relevante reconhecer a EF como linguagem, mas que o documento deve ser utilizado apenas como parâmetro para a organização do currículo da EF, pois existe um distanciamento entre a teoria presente nos documentos norteadores e a prática pedagógica nas escolas. Nesse contexto, Santos e Fuzii (2019) considera que situar a EF como linguagem é uma maneira de entender esse componente curricular para além de seu caráter meramente biológico, já que a área de linguagens está estritamente relacionada à compreensão de cultura. Partindo desse pressuposto, associar a linguagem ao campo da cultura aponta para avanços e reflexões na EF, pois os corpos representam diversas culturas e, conseqüentemente, manifestam-se de formas diferentes.

O professor Daniel também considera que a BNCC deve ser uma referência para construção da matriz curricular nas escolas, e que será necessário fazer mediações no documento para atender as especificidades da prática do trabalho pedagógico no contexto

escolar. Nesse sentido, entendemos que a BNCC pode contribuir para que os professores organizem e sistematizem os conteúdos de suas aulas, no entanto, será necessário pensar nos documentos como um norte para a construção de propostas pedagógicas na escola, como um guia que requer reflexão.

Nessa categoria de análise, percebemos que os professores conhecem os documentos norteadores superficialmente. O CBC-MG apresentou-se como a proposta mais conhecida pelos docentes pesquisados, e isso pode ser explicado pelo fato do documento ser utilizado com mais frequência na elaboração do planejamento de aulas.

Observamos, também, que se faz necessário uma maior inclusão dos docentes das redes públicas nos processos de elaboração de ações políticas que envolvem o ensino, uma vez que muitas propostas curriculares são implementadas nas escolas sem a contribuição dos atores que lidam diretamente com os entraves do contexto escolar. Além disso, é importante que os professores procurem conhecer os documentos que regulamentam o ensino da EF na escola, pois o processo que envolve o trabalho docente requer formação e reflexão constante sobre o fazer pedagógico, de forma que o docente transforme-se em um pesquisador de sua própria prática.

Diante dessa análise, acreditamos que, para o professor que se apropriar dos documentos norteadores criticamente, essas propostas poderão vir a subsidiar o planejamento e a organização dos conteúdos na EF escolar, já que existem poucos estudos que tratam da sistematização e da complexidade que os conteúdos da cultura corporal devem ser ensinados na etapa do EM.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente artigo teve como objetivo compreender em que medida os documentos norteadores, como os PCNS, CBC-MG e a BNCC, orientam o planejamento e a prática pedagógica dos professores de Educação Física do Ensino Médio da cidade de Araçuaí-MG e analisar a concepção desses professores sobre esses documentos.

Nesse sentido, percebemos que o CBC-MG é considerado como uma das principais referências de orientação do trabalho pedagógico. A maioria dos professores pesquisados menciona sobre a importância de existir um documento para nortear a prática, e salientam que

é preciso adequar as propostas de acordo com a realidade objetiva de cada escola. Esses docentes reconhecem o CBC-MG como um caminho para a organização dos conteúdos e não como algo estático e engessado. Dessa forma, adequar os documentos norteadores de acordo com a realidade concreta de trabalho torna-se algo imprescindível. Em relação aos PCNS, dois professores mencionam utilizar esse documento para organizar e sistematizar os conteúdos de suas aulas.

Sobre a concepção dos professores quanto aos documentos norteadores, percebemos que o CBC-MG apresenta-se como documento mais conhecido, pois é utilizado como referência para a construção dos currículos das escolas do estado de MG. Em relação aos PCNS e à BNCC, os professores mencionam conhecê-los superficialmente. No entanto, alguns entrevistados apontam os avanços dessas propostas para a o ensino da EF no EM, destacando a espiralização dos conteúdos abordada nos PCNS e a EF tratada como área de linguagem na BNCC.

O conhecimento superficial dos professores dos documentos norteadores, nos leva a refletir sobre dois pontos. Um deles é a necessidade dos docentes que atuam nas escolas conquistarem novos espaços de reflexões, de forma a colaborar na elaboração de propostas pedagógicas, assim como em futuros documentos norteadores. Acreditamos que esse diálogo pode contribuir para que as ações políticas que envolvem o ensino se aproximem das necessidades e dos entraves encontrados pelos professores na realidade da escola. Outro ponto refere-se à apropriação dos professores quanto aos documentos norteadores, fato que está diretamente relacionado ao processo de formação continuada.

Nesse contexto, acreditamos que programas de incentivo a formação de professores poderão oferecer momentos de conhecimento e reflexão acerca das contribuições dessas propostas para o processo de ensino e aprendizagem.

Tendo em vista os limites dos instrumentos da pesquisa, emergiram questionamentos sobre o processo de implementação e apropriação da BNCC nas escolas, como também as contribuições efetivas desse documento na prática pedagógica dos professores de EF, levantando a necessidade de estudos futuros que venham analisar essa temática. Por fim, esperamos contribuir para reflexões da EF no EM e incentivar outras produções nesta importante etapa de formação básica.

## REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Editora 70, 1977.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Diário Oficial, Brasília, 23 dez. 1996.

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera a Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2015/2017/lei/L13415.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015/2017/lei/L13415.htm). Acesso em: 10 dez. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM: documento Básico 2000**. Brasília: MEC/INEP, 2000.

BRASIL. Ministério de Educação e do Desporto. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: Educação Física / Secretaria de Ensino Fundamental**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros Curriculares Nacionais (Ensino Médio)**. Brasília: MEC, 2000.

BETTI, M; ZULIANI, L.R. Educação Física escolar: uma proposta de diretrizes pedagógicas. **Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte**, v.1, n. 1, p.73- 81, 2002. Disponível em: <http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/remef/article/view/1363>. Acesso em: 20 ma. 2019.

BOSCATTO, J.D; DARIDO, S.C. Currículo e educação física escolar: análise do estado da arte em periódicos nacionais. **J. Phys. Educ.** v. 28, e2855, 2017. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2448-24552017000100203&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2448-24552017000100203&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 14 ago. 2019.

BOSCATTO, J. D *et al.* A Base Nacional Comum Curricular: uma proposição necessária para a Educação Física? **Motrivivência**, v. 28, n. 48, 2016, p. 96-112. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/2175-8042.2016v28n48p96>. Acesso em: 10 mar. 2019.

CAPARROZ, F. E. Parâmetros Curriculares Nacionais de Educação Física: “o que não pode ser que não é, o que não pode ser que não é”. In: BRACHT, V; CRISÓRIO, R (orgs.). **A Educação Física no Brasil e na Argentina: identidade, desafios, perspectivas**. Campinas: Autores Associados, 2003, p. 309- 333.

DARIDO, S.C *et al.* A educação física, a formação do cidadão e os parâmetros curriculares nacionais. **Rev. paul. Educ. Fís.**, São Paulo, v.15, n.1, p. 17-32, 2001. Disponível em: <http://citrus.uspnet.usp.br/eef/uploads/arquivo/v15%20n1%20artigo2.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2020.

DAOLIO, J. Por uma educação física plural. **Motriz**, v. 1, n. 2, p. 134-136, dez. 1995. Disponível em: [http://www.rc.unesp.br/ib/efisica/motriz/01n2/1\\_2\\_Jocimar.pdf](http://www.rc.unesp.br/ib/efisica/motriz/01n2/1_2_Jocimar.pdf). Acesso em: 15 out. 2019.

FINCK, S.C. M. **A Educação Física e o esporte na escola: cotidiano, saberes e formação.** Curitiba: Ibex, 2010.

FONSECA, J. Z. B. O professor de Língua Portuguesa e as decisões curriculares: um caso de autonomia?. **EUTOMIA**, Ano IV, v. 1, n. 8, p. 366-377, 2011 *apud* TEIXEIRA, L.L. **Letramento literário e documentos oficiais: um estudo das concepções de literatura e letramento literário nas normativas e orientações de estado.** 2018. 92 p. Dissertação (Mestrado Profissional) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina, 2018. Disponível em: [http://acervo.ufvjm.edu.br/jspui/bitstream/1/1989/1/lucas\\_leal\\_teixeira.pdf](http://acervo.ufvjm.edu.br/jspui/bitstream/1/1989/1/lucas_leal_teixeira.pdf). Acesso em: 19 out. 2019.

GANDIN, D; CRUZ, C.H.C. **Planejamento na sala de aula.** Petrópolis: VOZES, 2006.

GRAMORELLI, L.C; NEIRA. M.G. Dez anos de parâmetros curriculares nacionais: a prática da Educação Física na visão dos seus autores. **Movimento**, Porto Alegre, v. 15, n. 04, p. 107-126, outubro/dezembro de 2009. Disponível em: <http://revista.cbce.org.br/index.php/cadernos/article/download/929/539>. Acesso em: 15 ago. 2019.

KUNZ, E. **Transformação Didático-Pedagógica do Esporte.** Ijuí: Unijuí, 2004.

LOPES, A.C; MACEDO. E. **Teorias de currículo.** São Paulo: Cortez, 2011.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E.M. **Fundamentos da metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008 *apud* OLIVEIRA, N.M; STRASSBURG,U; PIFFER,M. Técnicas de pesquisa qualitativa: uma abordagem conceitual. **Ciências Sociais Aplicadas em Revista - UNIOESTE/MCR** - v.17 - n. 32 - 1º sem.2017 - p 87 a 110.

MOREIRA, L.R *et al.* Apreciação da Base Nacional Comum Curricular e a educação física em foco. **Motrivivência**, v. 28, n. 48, p. 61-75, setembro/2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/2175-8042.2016v28n48p61>. Acesso em: 15 ago. 2020.

MOREIRA, W. W.; SIMÕES, R.; MARTINS, I. C. **Aulas de Educação Física no Ensino Médio**. Campinas: Papyrus, 2010 *apud* RUFINO, L. G. B *et al.* Educação física escolar no ensino médio: analisando o estado da arte. **Revista Brasileira de Ciência do Esporte**, Florianópolis, v. 36, n. 2, p. S353-S369, 2014. Disponível em: <http://revista.cbce.org.br/index.php/RBCE/article/view/2138>. Acesso em: 15 fev. 2019.

NEIRA, M.G. Incoerências e inconsistências da BNCC de educação física. **Revista Brasileira Ciência Esporte**. 2018, v. 40, n. 3, p. 215-223. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-32892018000300215&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32892018000300215&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 15 ago. 2020.

NEIRA, M. G.; SOUZA JÚNIOR, M. A Educação Física na BNCC: procedimentos, concepções e efeitos. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 28, n. 48, p. 188-206, 2016.

RUFINO, L.G. B; NETO, S.S. Saberes docentes e formação de professores de Educação Física: análise da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) na perspectiva da profissionalização do ensino. **Motrivivência**, v.28, n.48, p.42-60, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/2175-8042.2016v28n48p42>>. Acesso em: 15 ago. 2020.

SOARES, C.L *et al.* **Metodologia do Ensino da Educação Física** (Coletivo de Autores). São Paulo: Cortez, 2012.

SANTOS, E.R; BARBOSA-RINALDI, I.P; DELCONTI, W.L. Instrumentalização dos conteúdos da ginástica a partir dos elementos articuladores. In: **Simpósio de ginástica: formação e intervenção formação em foco**. Maringá: UEM/CCS/DEF, 2008.v.1, p.97-100.

SANTOS, B.C. A dos; FUZII, F. T. A educação física na área da linguagem: o impacto da BNCC no currículo escolar. **Comunicações Piracicaba**, v. 26 n. 1 p. 327-347 jan.-abr. 2019. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-unimep/index.php/comunicacoes/article/download/4127/2307>. Acesso em: 20 jul. 2020.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS- SEE-MG. **Conteúdo Básico Comum** – Educação Física. Educação Básica - Ensino Médio. Belo Horizonte, 2005.

TENÓRIO, K. M. R *et al.* Propostas curriculares Estaduais para Educação Física: uma análise do binômio intencionalidade-avaliação. **Revista Motriz**, Rio Claro, v.18 n.3, p.542-556, jul./set. 2012. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1980-65742012000300015&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1980-65742012000300015&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 15 ago. 2019.

TORRES, J. C; XAVIER, K. Parâmetros curriculares nacionais: novo paradigma para a formação do professor e da prática docente em educação física? **Eccos Revista Científica**, n. 37, 2015, p. 197-214. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/715/71543111012.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2020.

VAGO, T.M. Início e fim do século xx: Maneiras de fazer a educação física na escola.

**Cadernos cedes**, v. 19, n.48, 1999, p.31-50. Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-32621999000100003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32621999000100003&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em; 15 ago. 2019.

VARGAS, C. P. **Teoria e política curricular de Educação Física**: a conformação dos Conteúdos Básicos Comuns de Minas Gerais. 2017. 267 f. Tese (doutorado) - universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, Juiz de Fora, 2017.

ZIBAS, D. M. L. A reforma do ensino médio nos anos de 1990: o parto da montanha e as novas perspectivas. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, n. 28, p. 24-36, 2005. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-24782005000100003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782005000100003&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 10 ago. 2019.

## **THE INFLUENCE OF GUIDING DOCUMENTS ON THE PEDAGOGICAL PRACTICE OF PHYSICAL EDUCATION TEACHERS OF HIGH SCHOOL**

### **ABSTRACT**

The present article, the result of a master's thesis, aimed to analyze the conception of High School Physical Education teachers about the guiding documents for teaching Physical Education at school, among them the National Curriculum Parameters (PCNS), Basic Content Commons-Minas Gerais (CBC-MG) and the National Common Curricular Base (BNCC), as well as understanding the extent to which these documents guide the planning of their classes and their pedagogical practices. This is a field research, with a qualitative approach, which investigated 6 Physical Education teachers from public schools in the city of Araçuaí-MG who work in high school. As a data collection instrument, we opted for the semi-structured interview and analysis of the teaching planning of the subjects surveyed. For data treatment, we resort to the content analysis technique proposed by Bardin (1977). The results evidence that the majority of teachers use the CBC-MG as a reference for lesson planning and consider the proposal as important for pedagogical practice. Regarding the PCNS and the BNCC, the teachers report knowing them superficially. We understand that, due to the scarcity of research that deals with the systematization of Physical Education knowledge at school, the guiding documents are presented as a significant support for the critical teacher to plan and organize the contents of their classes. However, it becomes necessary to have a broader debate in the processes of construction of these documents, allowing greater participation and reflection of teachers who are in the daily life and in the reality of schools.

**Keywords:** National Curriculum Parameters. Basic Content Commons. National Common Curricular Base.

## LA INFLUENCIA DE LOS DOCUMENTOS RECTORES EN LA PRÁCTICA PEDAGÓGICA DE LOS PROFESORES DE EDUCACIÓN FÍSICA DE ENSEÑANZA SECUNDARIA

### RESUMEN

Este artículo, fruto de una tesis de maestría, tuvo como objetivo analizar la concepción de los profesores de Educación Física de enseñanza secundaria sobre los documentos rectores para la enseñanza de la Educación Física en la escuela, entre ellos los Parámetros Curriculares Nacionales (PCNS), Currículo Básico Común-Minas Gerais (CBC-MG) y Base Común de Currículo Nacional (BNCC), además entender en qué medida estos documentos guían la planificación de sus clases y sus prácticas pedagógicas. Se trata de una investigación de campo, con un enfoque cualitativo, que investigó 6 profesores de educación física de escuelas públicas de la ciudad de Araçuaí-MG que trabajan en la enseñanza secundaria. Para la recopilación de datos, optamos por entrevistas semiestructuradas y análisis de la planificación docente de los sujetos indagados y en el procesamiento de datos, utilizamos la técnica de análisis de contenido propuesta por Bardin (1977). Los resultados muestran que la mayoría de los profesores utilizan el CBC-MG como referencia para la planificación de las clases y consideran la propuesta importante para la práctica pedagógica. En relación con PCNS y BNCC, los profesores informan conocerlos superficialmente. Debido a la escasez de investigación que se ocupa de la sistematización de los conocimientos de la Educación Física en la escuela, los documentos rectores son un apoyo significativo para que el maestro crítico planifique y organice los contenidos de sus clases. Todavía es necesario tener un debate más amplio en los procesos de construcción de estos documentos, permitiendo una mayor participación de los profesores que conocen el cotidiano y la realidad de las escuelas.

**Palabras clave:** Parámetros Curriculares Nacionales. Currículo Básico Común. Base Común de Currículo Nacional.

---

Submetido em: agosto de 2020.

Aprovado em: outubro de 2020.

Publicado em: janeiro de 2020.